



# VI Simpósio Nacional de HISTÓRIA CULTURAL

Escritas da História: Ver - Sentir - Narrar

## CULTURA NEGRA EM PIRENÓPOLIS: UM PASSADO QUE PRESENTIFICA

Tereza Caroline Lôbo\*

### AFLUÊNCIA DO NEGRO PARA O LUGAR

1

A afluência do negro a Goiás foi regular e constante desde os primeiros anos de sua ocupação. Segundo Salles, “oficialmente, o primeiro comboio de negros chegou a Goiás em 7 de setembro de 1752” (1992, p. 229). Mas sua presença na região é anterior, não sendo possível precisar o montante real de escravos no início da atividade mineratória, uma vez que era limitada a compra de negros e o que imperava era o contrabando. Era habitual outrossim a ocultação do número de escravos para não pagar a capitação e os dízimos.

“Em meados do século XVIII, quando a mineração vigorava, o grupo predominante procedia da Costa da Mina” (LOIOLA, 2009, p. 23). Os africanos vinham do porto da Bahia para Meia Ponte – como era denominada a cidade no período –, de onde partiam rumo a outros núcleos de extração de ouro e se fundiam à população já escravizada, sendo designados apenas por “pretos” apesar de suas diferenças. Loiola em

---

\* Doutora em Geografia pelo Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás – IESA/UFG e pesquisadora de festas popular. Professora da Universidade Estadual de Goiás – UnU/Pirenópolis. Integrante do Grupo de Pesquisa em Turismo e Gastronomia Canela d’Ema. E-mail: terezacarolinelobo@hotmail.com

seu estudo sobre a história dos africanos escravizados trazidos para Goiás no período colonial afirma:

a documentação existente nos arquivos de Goiás é farta em abordar qualificações referentes à cor dos indivíduos, escravizados e libertos. Nos assentos de batismos existem pretos, crioulos, pardos, mulatos, mestiços e cabras, nunca negros. O termo negro é encontrado na documentação administrativa e carrega forte carga pejorativa, pois se refere aos supostos salteadores, vadios, quilombolas e desordeiros. Nas diferentes espécies e tipologias documentais, pode-se perceber que todo negro era preto, nas nem todo preto era negro, conquanto se comportassem bem. A cada “desordem”, os crioulos e pardos (que não eram pretos por não terem nascido na África) tornavam-se negros (LOIOLA, 2009, p. 57).

No território goiano, não foi numerosa a mão-de-obra escrava como em outras áreas de mineração do País. Em 1736, pelos mapas de capitação, havia 10.263 trabalhadores nas minas, entre escravos e forros (SALLES, 1992, p. 231). O ápice foi atingido em 1804, com 19.834 cativos e, a partir daí, decresceu, tornando usual a venda e a alforria devido à queda na extração do ouro, chegando a 1832 com 12.348 escravos (SALLES, 1992, p. 276).

A mobilidade populacional era intensa e seguia o ritmo das descobertas auríferas. O fluxo e refluxo de escravos eram comuns, aumentando numa mina e diminuindo em outra. Em 1748, o centro minerador de destaque era Vila Boa, onde se concentrava a maior parcela de cativos, com 4.836 escravos. Meia Ponte já demonstrava na época um decréscimo de escravos motivado pela descoberta de ouro em Pilar, em Santa Luzia e em Santa Cruz, constando um número de 1.086 escravos, menos do que os 1.334 escravos em 1740 (SALLES, 1992, p. 231-2).

Em 1804, de um total de 50.764 habitantes na capitania, 7.131 eram brancos, pouco mais de 14% da população, os pardos e negros compunham os quase 86% da população. Os homens livres, na época, correspondiam a mais de 62% dos habitantes (PALACIN, 1979, p. 85). A sociedade goiana no período da mineração dividia-se em três classes: os brancos, os pardos forros e os escravos. O concubinato foi assíduo no sistema e daí proliferaram-se os bastardos, que conseguiam mais facilmente a alforria pelos laços consanguíneos, sendo comum também a mancebia, com a qual a prole se beneficiava. A descendência de Silvana, escrava do padre Antônio da Costa Teixeira,

relatada por Jayme é ilustrativa; uma de suas filhas, Eufêmia de Gouveia, batizada a 12-9-1820,

foi doada, por aquele sacerdote, a seu sobrinho, major Joaquim da Costa Teixeira que, em 6-1-1838, concedeu-lhe carta de alforria, pois já era ela sua amásia. Foram-lhe padrinhos, na cerimônia do batismo, o sacerdote batizante, Luiz Gonzaga de Camargo Fleuri e Ana Francisca de Melo. Pessoas que a conheceram nos transmitiram que “fora ela uma bonita morena” (1973, p. 414).

Os filhos desse casamento compuseram famílias, como a Tomaz de Aquino, que não estão descritas por Jarbas Jayme no rol das famílias africanas. Na Pirenópolis do século XIX havia vários exemplos do tipo de relação descrita acima, sendo mais habituais ainda as que não passavam pela institucionalização da Igreja. Em outra obra de Jayme, Jaime (2002) sobre a história das casas da cidade, os autores expõem que não era rara a doação de habitações para presentear ex-escravas. Um exemplo é a casa construída pelo Coronel Joaquim Luiz Teixeira Brandão para sua ex-escrava Inocência, o imóvel está localizado na Rua Direita, uma das primeiras ruas da cidade (JAYME, JAIME, 2002).

Apesar de ser mão-de-obra essencial para a mineração, o número de escravos começou a reduzir-se a partir do início do século XIX, devido aos problemas ligados à sua importação, que elevavam os preços, bem como pelo fato de as minas já não se acharem tão prósperas. A preferência pelos escravos machos fazia com que faltassem escravas, comprometendo a reprodução. Havia ainda as constantes fugas e eram precárias as condições de vida dos escravos nas minas, onde se extraía o máximo de trabalho com intento de rápido retorno do capital investido. “Em 1804, existiam 40% de escravos entre o total da população goiana. Em 1872, essa proporção era de 7% de escravos” (OLIVEIRA, 2001, p. 64). Cerca de uma década antes da abolição, Goiás possuía pequena população cativa.

Na paisagem mineradora que se formou com o assentamento da sociedade destacavam-se as formas residenciais dispostas próximas às lavras, com os pequenos comércios, as corporações de ofícios (ferreiros, sapateiros, alfaiates, pedreiros) que deram mais status aos negros artesãos do que o possuído pelos que não o eram; as construções destinadas às atividades administrativas da Colônia e, por fim, as voltadas para a vida religiosa. Ao redor dessas formas, localizavam-se as propriedades rurais.

## O NEGRO NO LUGAR

A população negra se encontrava também nas lavouras espalhadas pelas proximidades das minas para o sustento dos trabalhadores. Não se pode deixar de fazer alusão ao índio que, nos assentamentos iniciais, auxiliava nos trabalhos rurais, apesar da predominância das relações guerreiras de extermínio mútuo entre estes e os mineiros. Em Meia Ponte eram pouquíssimos os índios cativos mencionados nos livros de óbito da Freguesia.

A atividade agrícola era situada pela legislação mineradora no plano de subsistência, pois o único produto importante era o ouro. A economia agropastoril foi sendo sedimentada, portanto, ao lado da economia mineradora, resultando na transferência dos poucos escravos existentes para as atividades na zona rural.

As pequenas propriedades tinham pouco ou nenhum escravo. Analisando a quantidade de escravos com base nos inventários do Cartório de Órfãos de Pirenópolis, Oliveira (2001) detecta que era pequeno o número dos cativos na região de Meia Ponte durante o século XIX, “a quantidade de escravos oscila entre zero e duas unidades” (2001, p. 66) por estabelecimento rural, exceção feita ao Comendador Joaquim Alves de Oliveira, proprietário do mais próspero engenho da região, o Engenho de São Joaquim, que, “segundo seu inventário, possuía 106 escravos” (2001, p.65).

As minas auríferas de Meia Ponte localizavam-se nas proximidades de terras agricultáveis, que foram concedidas para o abastecimento da população trabalhadora nas minas, havendo no local certa sincronia entre mineração e agricultura. No final do século XVIII, Meia Ponte já era centro agrícola, superando Vila Boa, onde a atividade predominante ainda era o ouro. Em 1796, o número de sítios de lavouras, de pequeno e médio porte, correspondia a 59% em relação ao total dos sítios na Comarca do Sul enquanto Vila Boa representava um total de 13,7% (SALLES, 1992, p. 255).

Na sua passagem por Meia Ponte, em 1819, Saint-Hilaire descreveu o lugar nos dando mostra da convivência entre mineração e agricultura desde os primeiros tempos e, como isso, foi capaz de moldar uma estrutura distinta das outras regiões de minas. O fato de a vila ficar na junção das principais estradas da província e servir de caminho

levou à diversificação econômica e teve certas implicações como se nota no seguinte relato:

foram eles, ao que parece, os primeiros em toda a capitania que tiveram a glória de se dedicar ao cultivo da terra. As matas, abundantes nos arredores do arraial, favoreceram o trabalho dos agricultores. Foram derrubadas pelos antigos colonos e substituídas por plantações de feijão e milho. Atualmente abandonadas, essas lavouras cederam lugar às capoeiras (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 37).

O empobrecimento da região, no século XIX, comparado à prosperidade do século anterior, vai impor novas relações entre senhor e escravo: era preciso poupar a vida dos poucos que restaram, muitos dos quais recebidos por herança. A mudança do eixo principal de produção, das minas para as lavouras, abriu novas possibilidades de convívio embasadas no trabalho familiar e auto-suficiente. A rigidez do sistema instituído para a extração do ouro era caracterizada por uma dinâmica externa que fugia ao controle local em relação aos envolvidos diretamente, daí as constantes revoltas e descumprimento das leis e das regras impostas — as pessoas chegavam e se iam sem criar vínculos com o lugar, o bem produzido, o ouro, pegava o caminho e desaparecia sem o estabelecimento de troca de um bem pelo outro.

Com a alteração do eixo de produção para a auto-suficiência, a atividade e as relações de produção saíram da cidade e foram para o campo. Os vínculos surgidos nas relações tornaram-se fortes e duradouros, daí o uso de termos como “agregados” e “camaradas”. Como analisa Oliveira:

era o casamento entre o grande proprietário, dono de terras, com o camponês, que mantinha relações de dependência com o primeiro. Moldava-se uma “familiocracia” patriarcal, na qual o poder do fazendeiro também era medido pelo seu número de dependentes. Com isso, nos confins dos sertões, forjava-se um novo poder político que caracterizou-se pela força da localidade, em contraposição aos interesses nacionais, que seria chamado de coronelismo, no período republicano (2001, p. 69).

Destarte, a posição ocupada nas relações de agregamento é que determinaram o espaço social ocupado pelo indivíduo negro, mestiço ou branco pobre. O convívio aparentemente amistoso entre agregados e proprietários, delimitado por uma rigorosa ordem patriarcal, ficava patente nas festividades lúdicas ou religiosas, acentuando a convivência e ilustrando os laços estabelecidos. Semelhantes relações vigoraram por

quase todo o século XX, sendo, outrossim, alteradas em consequência do processo de transformação urbana sofrido pela cidade nos últimos anos.

## **A CULTURA NEGRA EM PIRENÓPOLIS**

Em Pirenópolis, então Meia Ponte, havia uma segregação sócioespacial que refletia a composição étnica. A segregação residencial dava-se não só pelo distanciamento das habitações em relação à Igreja da Matriz, mas também pela autorização de nela se entrar. Os negros habitavam a parte que margeava o lado esquerdo no sentido leste do Rio das Almas, com suas construções simples e baixas, utilizando pau-a-pique ou adobes. Em posição frontal à Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, na Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, os negros efetuavam suas práticas religiosas, bem como as reuniões das irmandades. Não há na cidade nenhum templo em homenagem a São Benedito, apesar do grande número de fiéis, maior até que o de devotos da padroeira – Nossa Senhora do Rosário.

6

A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, autorizada pela Provisão de 22/12/1742 do Visitador Diocesano, Padre José de Frias e Vasconcelos (IPEHBC - Livro da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Meia Ponte - 1758), e a Irmandade de São Benedito, cujo Termo de Compromisso é de 1811 (BRANDÃO, 1978, p. 109), coordenaram a edificação e as atividades na Igreja dos Pretos por mais de um século, sendo sustentadas por doações dos empregados, que pagavam em ouro para ingressarem nas confrarias.

As Irmandades de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito dividiam espaço de atuação dentro da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. Este templo representou um marco fundamental de identidade por abrigar duas confrarias cujos membros, em sua maioria, eram negros, forros e escravos, daí a designação de Igreja de Nossa Senhora do Rosário “dos Pretos”. A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, primeira a ser criada, foi a responsável pela construção do templo entre os anos de 1743 e 1757, sendo seu altar principal pertencente a Nossa Senhora do Rosário, com imagem própria e diferente da colocada na Matriz de Nossa Senhora do Rosário “dos brancos”. A Irmandade de São Benedito teve sua fundação posterior à construção do templo, ocupando um dos altares laterais da Igreja dos Pretos.

A administração de cada confraria ficava a cargo de uma mesa, presidida pelo pároco local ou seu representante legal e composta por juízes, mordomos, tesoureiro, andador, secretário, zelador e procurador os quais, juntamente com os irmãos associados, desenvolviam diversas tarefas: arrecadação de fundos, financiamento de funerais, manutenção do templo, pagamento de serviços prestados e, dentre outras, a organização das festas como o Reinado e o Juizado. A cada ano se renovavam, por meio de eleição, os integrantes da mesa diretora das irmandades e era feita a escolha de reis, rainhas, oficiais e empregados que serviam no Reinado de Nossa Senhora do Rosário e no Juizado de São Benedito.

O Reinado e o Juizado, ou simplesmente *Reinado*<sup>1</sup> como é chamado pelos pirenopolinos e como trataremos respeitando a linguagem popular, foram por muito tempo depreciados e vistos como festas em decadência. Ao longo do tempo, segundo nossas conclusões, sofreram constantes redefinições: de festas de negros, no século XVIII e XIX, transformaram-se em festas de brancos pobres até chegarem hoje a manifestações culturais que servem de parâmetro para que o pirenopolino reflita sobre si mesmo, sendo palco de representação, preservação de sua auto-imagem e reveladoras do que se entende por ser pirenopolino. É um festejo que conta, na atualidade, com a presença de pirenopolinos de diversas classes sociais que, mesmo não tomando parte como atores centrais, contribuem para a realização e a ampliação do festejo.

“Seu ritual compreende a missa, a procissão, cortejo à casa do Rei e Rainha, comidas e bebidas, entrega dos Reis em cada casa, tudo isso com o acompanhamento da Banda de Couro” (PEREIRA E JARDIM, 1978, p. 74). Os festejos do Reinado e do Juizado em Pirenópolis são configurados em três momentos rituais, que indicam os lugares de realização da festa. Um primeiro lugar essencialmente ritualístico é composto pelas casas dos reis e rainhas, onde sucede a distribuição dos doces e de onde partem os cortejos. Em efeito, as casas, de lugares privados e familiares, tornam-se públicos O segundo são as ruas trilhadas pela corte, invertendo a lógica de apropriação verificada nas casas, já que o espaço público, momentaneamente, torna-se um domínio festivo privado, lugar de festa, essencialmente E, por fim, vem a igreja que, dentre todos os

---

<sup>1</sup> Adotamos o termo *Reinado*, em maiúsculo e itálico, para referir às duas festas: o Reinado de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e o Juizado de São Benedito. Por entender que a festa é assim compreendida pelos partícipes, que não a percebem como duas festividades.

espaços, é a que apresenta a menor dimensão, por causa do número de participantes e da pouca interferência na realização dos rituais festivos, permanecendo como local privado.

Reduzidos os trabalhos da mineração, a Abolição, a miséria e o pouco número de negros na cidade fizeram com que as irmandades dos pretos perdessem seu vigor, o que se agravou ainda mais com a implantação da romanização da Igreja Católica em Pirenópolis a partir da década de 1920. As irmandades gradativamente diminuíram seu poder de atuação, mas os festejos do *Reinado* perderam sua vitalidade na década de 1940 com a demolição da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, transferindo seu palco para a Matriz de Nossa Senhora do Rosário, a igreja dos brancos. Notou-se, logo, uma transformação dos integrantes das irmandades e uma alteração no Reinado e no Juizado, pois houve o abandono dos negros, seguido pelos brancos de posse, ficando na festa apenas os brancos pobres e mestiços que se incluíam no ritual para pagar voto válido aos santos.

### UM PASSADO QUE PRESENTIFICA

A presença do negro hoje em Pirenópolis acha-se apagada, todavia o mesmo não ocorre no tocante à sua cultura. A força da presença negra no lugar não pode ser diminuída pela falta de aspectos visíveis, estes estão incorporados ao imaginário social, sobretudo na forma da opressão que existia durante o período mineratório.

Houve no passado uma ativa e intensa vida cultural negra, com a fundação de confrarias religiosas como as Irmandades de Nossa Senhora da Boa Morte da Lapa dos Pretos Libertos, Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e São Benedito; a construção das amplas e ricas Igrejas de Nossa Senhora da Boa Morte e a de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos; bem como as festividades vinculadas às atividades religiosas, como as procissões aos seus santos de devoção, a criação da Banda de Couro, a Congada e o Reinado. Mesmo não existindo mais os templos religiosos, os festejos continuam ligados à tradição local, havendo, portanto, uma identificação individual e até coletiva com o momento festivo.



A composição cultural que se desenvolveu no convívio entre brancos e negros a partir da chegada destes para a mineração reuniu dois elementos diversos anomalmente, originando um terceiro elemento que teve reforçadas ou reduzidas as características dos dois primeiros. O cruzamento dialógico, ocorrido principalmente nas manifestações do Reinado de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e no Juizado de São Benedito, justapôs culturas sem fundi-las, acarretando um hibridismo cultural.

Nessa relação, coloca-se, acima de tudo, o respeito à alteridade e à diversidade das matrizes culturais pertinentes. O termo híbrido, pauta-se em Bernd, em seu artigo sobre as questões da hibridação cultural nas Américas a partir das concepções elaboradas por autores do Caribe francófono,

ao destacar a necessidade de pensar a identidade como processo de construção e desconstrução, estaria subvertendo os paradigmas homogeneizantes da modernidade, inserindo-se na movência da pós-modernidade e associando-se ao heterogêneo (BERND, 2004, p.100).

A hibridação seria a expressão mais apropriada para entender-se o processo de convivência cultural desenvolvido em Pirenópolis, marcado pelos vários fluxos migratórios, tanto externos, com a vinda de migrantes em busca do ouro e outros produtos para comercialização, e vice-versa, ou seja, a saída dessa população para outros centros econômicos; quanto internos, caracterizados pelo movimento da população liberta e escrava do meio urbano para o rural e, nas últimas décadas, novamente deu-se a inversão do rural para o urbano.

Diante do exposto, fica evidente que a convivência dos negros com os brancos desde o início do povoamento de Meia Ponte redundou em uma negociação cultural que moldou as identidades locais, percebidas em cada construção preservada, bem como no imaginário e no modo de ser da população pirenopolina. Mesmo tendo os brancos o comando das irmandades e a Igreja imposto determinadas práticas religiosas e morais, a cultura que se formou era uma alternativa para as matrizes brancas ocidentais.

As diversas matrizes mescladas que aí conviveram engendraram um processo de ressimbolização perceptível nos fenômenos festivos locais. A memória da estrutura das festas foi preservada, como por exemplo, nas cerimônias religiosas, nos cortejos, na fé nos santos homenageados. Contudo, ao mesmo tempo, a tensão instaurada por novos elementos gerou novas práticas culturais, como as constantes interferências da Igreja e,

atualmente, o movimento de turistificação — Pirenópolis é um dos 65 destinos indutores do turismo no Brasil e devido à proximidade de Goiânia e Brasília tem nas atividades turísticas uma de suas principais fontes de renda —, dando origem a um processo contínuo de reprodução da cultura local.

A cultura era marcada pela heterogeneidade em oposição a uma mistura racial — que previa um branqueamento da população e um predomínio de valores brancos cujas identidades constituídas favoreciam intensos processos de construção e desconstrução ao longo de sua história — sendo caracterizada como lugar de confluência do múltiplo e, portanto, como um lugar de desestabilização no sentido do constante movimento.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERND, Zilá. O elogio da criouldade: o conceito de hibridação a partir dos autores francófonos do Caribe. In: ABDALA JÚNIOR, Benjamin (Org.). **Margens da cultura: mestiçagem, hibridismo & outras misturas**. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 99-111.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O Divino, o Santo e a Senhora**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1978, 163p.

IPEHBC – Livro da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos – 1758.

JAYME, Jarbas. **Famílias Pirenopolinas: ensaios genealógicos Vols. I a V**, Goiânia: UFG, 1973.

JAYME, Jarbas, JAIME, José Sizenando. **Casa de Deus e Casa dos Mortos**. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2002. 121p.

LOIOLA, Maria Lemke. **Trajetórias para a liberdade: escravos e libertos na capitania de Goiás**. Goiânia: Editora UFG, 2009.

OLIVIERA, Adriana Mara Vaz de. **Uma ponte para o mundo goiano do século XIX: um estudo da casa meia-pontense**. Goiânia: Agepel, 2001, 280p.

PALACÍN, Luís. **O século do ouro em Goiás**. 3. ed. Goiânia: Oriente, 1979, 176p.

PEREIRA, Niomar de Souza. JARDIM, Mara Públio de Souza Veiga. **Uma festa religiosa brasileira – Festa do Divino em Goiás e Pirenópolis**. São Paulo: Conselho de Artes e Ciências Humanas, 1978, 125p.

VI Simpósio Nacional de História Cultural  
Escritas da História: Ver - Sentir - Narrar  
Universidade Federal do Piauí - UFPI  
Teresina-PI  
ISBN: 978-85-98711-10-2

SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem à Província de Goiás**. Trad. Regina Régis Junqueira. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/USP, 1975, 156p.

SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira de. **Economia e Escravidão na Capitania de Goiás**. Goiânia: Ed. UFG, 1992, 360p.